

HABEAS CORPUS Nº 494.357 - PR (2019/0048507-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : JOSE ODAIR ISIDORO DOS SANTOS
ADVOGADO : JOSÉ ODAIR ISIDORO DOS SANTOS - PR072139
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ADRIANO TONTINI LEITE

DECISÃO

ADRIANO TONTINI LEITE alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** (Apelação Criminal n. 0012317-89.2018.8.16.0030).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeira instância, à pena de 4 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput* e § 4º, da Lei n. 11.343/2006, porquanto trazia consigo **90,200 kg (noventa quilos e duzentas gramas) de maconha**, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Em apelação, o Tribunal de origem deu provimento ao apelo ministerial, para redimensionar a pena-base, afastar a incidência da causa especial de diminuição de pena e, conseqüentemente, aumentar a reprimenda para **5 anos de reclusão**, mantido o **regime inicial fechado**.

Busca-se, por meio deste *writ*, a aplicação da causa especial de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 e a fixação do regime inicial menos gravoso.

Indefiro o pedido de liminar.

Isso porque a pretendida **incidência da causa especial de diminuição da pena no patamar máximo (e os consectários daí decorrentes)** confunde-se com o próprio mérito do *mandamus*, motivo pelo qual deverá ser analisada em momento oportuno pelo órgão colegiado, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores dos pedidos.

Devidamente instruídos os autos, dispenso a solicitação de informações.

Ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

